



Tornos de Babel: Benjamin e Derrida

Tours of Babel: Benjamin and Derrida

Rafael Guimarães Tavares Silva*

Resumo: Partindo de uma leitura detida de um texto clássico escrito por Walter Benjamin, e fundamental para a teoria da tradução, “*Die Aufgabe des Übersetzers* [A tarefa do tradutor]”, Jacques Derrida – em seu texto igualmente fundamental, *Des Tours de Babel* [Torres de Babel] – faz avançar uma série de ideias revolucionárias para uma prática da tradução mais consciente de si. O diálogo entre os dois pensadores judaicos desenvolveu várias questões importantes acerca da tradução e dos dilemas envolvidos nessa atividade. Meu objetivo aqui é propor uma leitura centrada desses textos – valendo-me ainda de outras leituras – a fim de desatar alguns de seus nós, remendar sua contextura e explicitar seus desdobramentos mais radicais.

Palavras-chave: Tradução. Desconstrução. Walter Benjamin.

Abstract: Departing from a close reading of a classical text written by Walter Benjamin, “*Die Aufgabe des Übersetzers* [The task of the translator]”, Jacques Derrida – in his equally fundamental text, *Des Tours de Babel* [Towers of Babel] – advances a series of revolutionary ideas for a more conscious practice of translating. The dialogue between these two Jewish thinkers developed many important questions about translating and its dilemmas. My objective here is to offer a close reading of these texts – taking into account other readings – in order to untie some of their knots, patch up their contexture and explicit their more radical deployments.

Keywords: Translation. Deconstruction. Walter Benjamin.

A tradução tem sido reconhecida por uma corrente de pensamento contemporânea como constitutiva de toda atividade de leitura, interpretação e escrita de textos. Não apenas a tradução ganha corpo a partir dessas atividades, mas elas próprias podem ser compreendidas como momentos de tradução – de uma tradução entendida no sentido lato. Um pensador importante para o desenvolvimento dessa consciência acerca do ato de traduzir é Jacques Derrida.

Um dos textos fundamentais da obra de Derrida a fim de que se compreendam suas propostas para a teoria e a prática da tradução é chamado “*Des tours de Babel*”.¹ Destaco-o de maneira especial da obra de Derrida para avançar a leitura e a interpretação. A grande questão dessa escolha de ler, interpretar e escrever sobre



uma obra é que – ao passar por tais etapas e propor agora meu próprio texto sobre o texto em que Derrida parece tratar sobre tradução – eu, na verdade, não farei nada mais do que propor minha própria tradução do texto de Derrida. Nesse sentido, aproprio-me do outro, expropriando-o, num processo cuja necessidade implica também sua impossibilidade.

Uma das sugestões mais instigantes que entrevejo nas propostas de Derrida para uma teoria da tradução poderia ser enunciada da seguinte forma: traduzir quer dizer deglutir, absorver e transformar (SILVA, 2006, p. 193). O texto traduzido é um novo texto, mesmo não sendo completamente autônomo, posto que ainda se vincula de alguma forma ao texto a partir do qual foi (re)escrito. Por consequência, o tradutor revela-se também autor desse novo texto: sua assinatura inscreve-se ao fim da tradução como uma marca que se pode retomar e que remete ao contrato entre nomes próprios, inscritos nas margens das línguas.

Para compreender de que forma essa sugestão ganha corpo ao longo do texto – e mesmo ao longo de toda a obra de Derrida – seria preciso acompanhar minuciosamente os entornos, contornos, transtornos e retornos em torno desta torre (a de Babel), acima e abaixo, a partir dela e com ela, para além dela. Na impossibilidade de repetir literalmente tal itinerário – o que seria impossível mesmo se eu reescrevesse aqui seu texto inteiro e, no extremo, sua obra inteira – proponho-me a enunciar, para mim, algumas de suas possíveis vias de entrada.

“Nome próprio: a referência de um significante puro a algo singular que existe e, a tal título, intraduzível” (DERRIDA, 1985, p. 210, tradução minha).² O problema dessa intraduzibilidade do que é próprio – tal como no caso do nome próprio, do idioma, da assinatura – guia o texto de Derrida desde seu título (como pretendo indicar) e converte-se numa estratégia de leitura e tradução da própria desconstrução:

Derrida trata da tradução a partir de suas margens, vale dizer, de seus elementos mais excluídos, aqueles que perturbam o sistema [...]. A desconstrução da torre nos dá uma boa ideia do que a tradução suporta, isto é, a multiplicidade de vozes, de idiomas, o que coloca um problema para a teoria tradicional de tradução – um desafio para os tradutores e tradutoras. (SILVA, 2006, p. 113)

A inadequação, contudo, se dá a ver não apenas na relação entre algo e o outro – como na “inadequação de uma língua à outra [*l'inadéquation d'une langue à l'autre*]” – mas também na relação entre algo e o que lhe é próprio – na “inadequação da linguagem a si mesma [*l'inadéquation du langage à lui-même*]” (DERRIDA, 1985, p. 209). Ou seja, toda relação – com o outro ou consigo mesmo – envolve já um deslocamento. Tal é a dinâmica do *double bind* – e de uma série de outras expressões



da duplicidade (ou ainda, da dubiedade) desenvolvidas ao longo da obra de Derrida – como *Gift-gift*, *phármakon*, *double bande*.

Antes de tratar do nome próprio de Babel, contudo, pretendo analisar a questão, aparentemente mais simples, da expressão em francês formada pelos elementos *des* unido a *tours*. O primeiro deles pode ser entendido como o artigo plural indefinido – uns, umas – ou mesmo como elemento de uma indefinição que, em português, equivaleria à ausência de artigo. Além disso, seria possível compreendê-lo como artigo partitivo, precedendo um substantivo abstrato, dando a noção de genitivo: “De...”, “A partir de...”, “Dentre...”. Já o substantivo *tours*, a partir de uma homonímia em francês, pode ser entendido tanto como “torres” – substantivo feminino – ou como “voltas”, “tornos”, “rodeios” – substantivo masculino – metaforicamente implicado também em “rodeios” de linguagem, “tropos”. Soma-se a tudo isso o jogo, criado a partir de outra homofonia do francês, em que se combinam *des tours* para serem escutados como *détour*: “desvio”, “desencaminho”, “transvio”.³

Ora, a complexidade dos dois primeiros elementos do título vê-se amplificada pela menção a Babel, nome próprio que não limita a disseminação, mas antes a potencializa. Nas palavras de Derrida sobre o nome próprio Babel: “esse exemplo singular, ao mesmo tempo arquetípico e alegórico, poderia introduzir a todos os problemas ditos teóricos da tradução” (DERRIDA, 1985, p. 219).⁴ Ele resume em si, ao mesmo tempo, o desejo de apropriação – se levarmos em conta a explicação de Voltaire para o nome de Babel como “cidade de Deus [*ville de Dieu*]” – e a inadequação que lhe é própria – já que, compreendido como substantivo simples, significaria em hebraico “confusão”. Seu nome remete, pelo menos, à narrativa bíblica, à história sobre a origem das diferenças entre as línguas, ao projeto humano da construção de uma torre (ou de uma cidade) e ao substantivo “confusão” (DERRIDA, 1985, p. 215).

Derrida atenta aos problemas trazidos pela necessidade e pela impossibilidade de se traduzir o nome de Babel – remetendo também à necessidade e impossibilidade de se traduzir a partir do evento de Babel – numa questão que fica clara quando se contemplam as diferentes traduções propostas para o respectivo trecho do livro da *Gênese*. Em suas palavras:

[...] concede-se em geral pouca atenção a este fato: é na tradução que mais frequentemente lemos essa narrativa. E nessa tradução, o nome próprio guarda um destino singular visto que não está traduzido na sua aparição de nome próprio. Ora, um nome próprio, enquanto tal, permanece sempre intraduzível, fato a partir do qual pode-se considerar que ele não pertence, rigorosamente, da mesma maneira que as outras palavras, à língua, ao sistema da língua, que ela seja traduzida ou traduzante



[*traduisante*]. E, no entanto, “Babel”, acontecimento numa só língua, aquela na qual ele aparece para formar um “texto”, tem também um sentido comum, uma generalidade conceitual. Seja por um jogo de palavras ou por uma associação confusa, pouco importa: “Babel” podia ser entendida numa língua com o sentido de “confusão”. Por conseguinte, da mesma forma que Babel é ao mesmo tempo nome próprio e comum, Confusão torna-se também nome próprio e nome comum, um como o homônimo do outro, o sinônimo também, mas não o equivalente, pois não seria questão de confundi-los no seu valor. É para o tradutor sem solução satisfatória.⁵ (DERRIDA, 2002, p. 21)

Essa constatação leva à ideia de que a palavra “Babel” representa, na confusão que lhe é própria, a confusão envolvida pela própria “tarefa” do traduzir: sua necessidade e sua impossibilidade. Conforme a narrativa bíblica, Deus – cujo nome seria impronunciável – teria dado origem a esse conflito irresolúvel ao impor o nome de Babel àquele construto dos homens: no intervalo entre dois nomes absolutamente próprios (o de Deus e o de Babel), a tradução torna-se necessária e interdita (DERRIDA, 1985, p. 214). Essa relação entre dois nomes absolutamente próprios retornará com frequência como um dos temas principais do texto de Derrida e será desdobrada em inúmeras questões importantes, como nas noções de dívida, de contrapartida, de dádiva e de contrato.

A partir dessas noções suscitadas pela narrativa bíblica, Derrida se propõe a considerar os escritos de Walter Benjamin sobre a linguagem e a tradução, principalmente “Die Aufgabe des Übersetzers [A tarefa do tradutor]”, embora eventualmente considere também o texto “Über Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen [Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem humana]”.⁶ O primeiro desses textos, sendo na verdade um prefácio às traduções de Benjamin dos *Tableaux Parisiens* de Baudelaire, já traz uma palavra que remete às noções de dever, missão, tarefa, problema, devolução e restituição: *Aufgabe*. Mas Derrida atenta para o fato de que tal *Aufgabe* não seria da língua nem da tradução, e sim de seu sujeito – o tradutor [*Übersetzer*] –, que estaria endividado, obrigado por um dever, já em situação de herdeiro, inscrito como sobrevivente numa genealogia. A sobrevida das obras, não dos autores. Talvez a sobrevida dos nomes de autores e das assinaturas, mas não dos autores (DERRIDA, 1985, p. 223).

Avançando em sua leitura do texto de Benjamin, Derrida se questiona da seguinte forma:

O tradutor seria assim um receptor endividado, submetido ao dom e ao dado de um original? De forma



alguma. Por diversas razões, entre as quais a que se segue: o elo ou a obrigação da dívida não passa entre um doador e um donatário, mas entre dois textos (duas “produções” ou duas “criações”). Isso é evidente desde a abertura do Prefácio [...].⁷(DERRIDA, 2002, p. 33)

Na tentativa de compreender esse elo – ou essa obrigação da dívida – é preciso voltar-se às bases da teoria da linguagem de Benjamin, cujo fundamento teológico-filosófico é evidente. O nome de Deus – ligado pelo filósofo alemão ao dom das línguas ou ao dom do nome – surge como penhor da correspondência entre as línguas [*Sprache*] engajadas numa tradução. Segundo Derrida, nesse fundamento teológico e na própria concepção nominalista da teoria linguística de Benjamin residiria a verdadeira relação de dádiva e dívida em toda tradução. Explicitando os três “nãos” que estariam presentes nas considerações de Benjamin sobre a tradução – a recusa da recepção, da comunicação e da representação – Derrida propõe o seguinte:

Estranha dívida que não liga ninguém a ninguém. Se a estrutura da obra é “sobrevida”, a dívida não engaja junto a um sujeito-autor presumido do texto original – o morto ou o mortal, o morto do texto –, mas a outra coisa que represente a lei *formal* na imanência do texto original. Em seguida, a dívida não engaja a restituir uma cópia ou uma boa imagem, uma representação fiel do original: este, o sobrevivente, está ele mesmo em processo de transformação. O original se dá modificando-se, esse dom não é o de um objeto dado, ele vive e sobrevive em mutação [...].” (DERRIDA, 2002, p. 38)⁸

Aos poucos, a dimensão subjacente a toda relação entre uma tradução e seu “original” começa a aparecer de forma cada vez mais complexa e imbricada: o tradutor e o autor, ou antes, os seus respectivos nomes, já não são vistos numa relação de dependência unilateral e sim num contrato que os implica mutuamente. O *double bind* de toda tradução revela-se na noção, já presente no texto de Benjamin, de que todo texto – em sua sobrevida – deve passar por aquilo que advém da tradução, ou seja, por uma espécie de pós-maturação [*Nachreife*]. Essa noção permite que a relação de dependência tradicionalmente aplicada à tradução com relação ao texto “original” seja invertida por Derrida:

Evocando essa estranha situação, não quero apenas, não essencialmente, reduzir meu papel àquele de um passador ou de um passante. Nada é mais grave que uma tradução. Eu gostaria preferencialmente de marcar que todo tradutor está em posição de falar *da* tradução, em um



lugar que é tudo menos segundo ou secundário.⁹ Pois se a estrutura do original é marcada pela exigência de ser traduzido, é que, fazendo disso a lei, o original começa por endividar-se *também* em relação ao tradutor. O original é o primeiro devedor, o primeiro demandador, ele começa por faltar – e por lastimar após a tradução. (DERRIDA, 2002, p. 40-41)¹⁰

O contrato de tradução – suposto ou tornado possível pelo parentesco entre as línguas – engajaria a princípio não os sujeitos responsáveis pela tradução, nem suas línguas ou suas obras, mas sim nomes próprios, situados eles mesmos nas bordas das línguas. O que Derrida chama pela expressão de « *à-traduire* [a-traduzir] » é essa demanda por uma tradução que todos os textos – sobretudo os religiosos e poéticos – já trazem em si mesmos, num engajamento de nomes próprios, inerentes a seu crescimento, complemento e cumprimento. Outro nome para isso é “tradutibilidade”, entendida como característica de uma obra que demanda sua própria tradução (na medida em que é uma obra tradutível) e não apenas como obra meramente passível de ser traduzida (ou seja, traduzível): Derrida joga com essas diferenças de forma bastante significativa ao longo de seu texto. Em todo o caso, esses nomes empregados para se referir a uma demanda pela tradução levam à ideia de que: “Desde a origem do original a traduzir, existe queda e exílio.” (DERRIDA, 2002, p. 47).¹¹

O *double bind* que liga os nomes próprios – de autores, tradutores e suas obras –, a partir da noção de um « *à-traduire* [a-traduzir] » sentido desde a origem, já está pressuposto pela própria ideia do parentesco entre as línguas. A mesma incompletude que toda obra original deseja preencher por meio de suas traduções – ainda que de forma inevitavelmente insatisfatória – encontra-se em todas as línguas naturais. O chamado de um « *à-traduire* [a-traduzir] » faz-se sentir, desde o princípio, na incompletude que toda língua apresenta diante daquilo que Benjamin postula como “*die reine Sprache* [a língua pura]”. Esse importante postulado de sua teoria da linguagem – que não se reduz a um dado de linguística histórica – é o que permite o desenvolvimento da noção de que toda tradução teria um papel fundamental no próprio desenvolvimento das línguas naturais:

A tradução é transposição poética (*Umdichtung*). O que ela libera, a “linguagem pura”, nós teremos que interrogar a essência disso. Mas notemos por enquanto que essa liberação supõe ela mesma uma liberdade do tradutor, que ela mesma não é mais que uma relação com essa “linguagem pura”; e a libertação que ela opera, eventualmente transgredindo os limites da língua traduzante, por sua vez transformando-a, deve estender, ampliar, fazer crescer a linguagem. Como esse crescimento vem também



completar, como ele é “*symbolon*”, ele não reproduz; ele junta ajuntando. (DERRIDA, 2002, p. 47)¹²

Derrida retoma as imagens evocadas por Benjamin para sugerir as diferentes relações desenvolvidas entre línguas e textos – dos originais e das traduções – a partir de suas proposições iniciais. Assim, da mesma forma como os cacos de uma ânfora, para serem recompostos, devem colar-se uns aos outros nos mínimos detalhes, a língua da tradução deve conformar-se amorosamente, e nos mínimos detalhes, à língua do original (mais uma vez, por meio de seu modo de visar), fazendo com que ambas sejam reconhecidas, em seus modos de visar, como fragmentos de uma língua maior, como cacos são fragmentos de uma ânfora (BENJAMIN, 1923, p. XIV-V; 2013, p. 115).¹³ Da mesma forma, a imagem do círculo, entendido como obra original, e a tradução, como uma reta tangente a ele, remeteria à noção de que a tradução apenas roçaria num ponto infinitamente pequeno do sentido da obra original (BENJAMIN, 1923, p. XVI; 2013, p. 117). Essas imagens sugerem a fragilidade presente nas relações que a tradução estabeleceria com sua língua e o sentido, enquanto no original tais relações formariam certa unidade. Em muitas outras passagens, o caráter subsidiário e derivado da tradução, na concepção de Benjamin, é destacado diante da precedência e primordialidade do original.¹⁴ É curioso, contudo, notar que a demanda do “*à-traduire* [a-traduzir]” parta justamente do original e de sua língua (sendo condição necessária de seu crescimento), e que a resposta a essa demanda só possa vir de uma tradução. Conforme Derrida:

A tradução promete um reino à reconciliação das línguas. Essa promessa, acontecimento propriamente simbólico ajuntando, acoplando, casando duas línguas como as duas partes de um todo maior, chama a uma língua da verdade (*Sprache der Wahrheit*). Não a uma língua verdadeira, a uma língua cuja verdade, adequada a algum conteúdo exterior, mas a uma verdadeira língua, a uma língua cuja verdade referir-se-ia apenas a ela mesma. Tratar-se-ia da verdade como autenticidade, verdade de ato ou de acontecimento que pertenceria ao original mais do que à tradução, mesmo se o original já está em situação de demanda ou de dívida. (DERRIDA, 2002, p. 64)¹⁵

A verdade – entendida como fundamento intocável do arranjo linguístico proposto por Benjamin – revela seu pertencimento ao original (e não à tradução) de forma ainda mais clara numa terceira imagem presente no prefácio escrito pelo alemão: trata-se da imagem do fruto, da casca, do caroço e do manto real. Permito-me aqui citar um trecho mais longo de seu texto, a fim de explicitar os pressupostos desenvolvidos por ele:



Na tradução, o original cresce e se alça a uma atmosfera por assim dizer mais elevada e pura da língua, onde, é claro, não poderá viver por muito tempo, da mesma forma como está bem longe de alcançá-la em todas as partes de sua figura, mas à qual, de modo extraordinariamente penetrante, ele ao menos alude, indicando o âmbito predestinado e interdito da reconciliação e plenitude das línguas. Jamais o original o alcança de uma vez por todas: mas nele está o que numa tradução ultrapassa a comunicação; Em termos mais precisos, pode-se definir esse núcleo essencial como aquilo que numa tradução não pode ser, por sua vez, traduzível. Subtraia-se da tradução o que se puder em termos de informação e tente-se traduzir isso; ainda assim, restará intocável no texto aquilo a que se dirigia o trabalho do verdadeiro tradutor. Não pode ser transposto como a palavra poética do original, pois a relação que teor [*Gehalt*] estabelece com a língua é completamente diversa no original e na tradução. Pois, se no original eles formam certa unidade, como casca e fruto, na tradução, a língua recobre seu teor em amplas pregas, como um manto real. Pois ela significa uma língua superior a si mesma, permanecendo com isso inadequada a seu próprio teor – poderosa e estranha. (BENJAMIN, 2013, p. 110)¹⁶

Na obra original, haveria unidade entre teor e língua – uma unidade natural como a que existe entre a casca e o fruto. Na tradução, essa relação seria inadequada e artificial – como a que existe entre um manto real e o corpo que ele recobre. Derrida (1985, p. 238; 2002, p. 54-55) atenta para o significado das imagens escolhidas por Benjamin e sugere a violência com que a lei da obra original é imposta sobre a tradução – tradução, aliás, cuja existência é imprescindível para a sobrevivência e o crescimento da própria obra original e sua língua. O símbolo da realeza, evocado como fundamento do poder e da lei desse original – uma vez que Benjamin menciona um manto real [*Königsmantel*] onde este seria suficiente para sugerir a noção de artificialidade –, insinua que a diferença básica entre uma obra original e uma tradução só poderia se manter a partir de uma imposição (inquestionável para o rei e seus súditos) que instituisse a intraduzibilidade de uma tradução. Ou seja, apenas porque uma tradução não poderia ser por sua vez retraduzida – e isso se revela imprescindível para que se compreenda a imagem de Benjamin – é que se torna possível falar, por um lado, da unidade entre o teor de uma obra original e sua língua, por outro, da inadequação entre o teor de uma tradução e sua língua. Por isso, Derrida (2002, p. 57) afirma: “Não existe tradução da tradução, eis o axioma sem



o qual não existiria “A tarefa do tradutor”. Se aí se tocasse, tocar-se-ia, e não se deve fazê-lo, o intocável do intocável, quer dizer, o que garante ao original que ele permaneça de fato o original.”¹⁷ E ele próprio completa:

Isso não é sem relação com a verdade. Ela está aparentemente além de toda *Übertragung* e de toda *Übersetzung* possíveis. Ela não é a correspondência representativa entre o original e a tradução, nem mesmo adequação primeira entre o original e algum objeto ou significação fora dele. A verdade seria de preferência a linguagem pura na qual o sentido e a letra não se dissociam mais. Se um tal lugar, o ter-lugar de tal acontecimento, permanecesse não encontrável, não se poderia mais, fosse esse de direito, distinguir entre um original e uma tradução. Mantendo a todo preço essa distinção como o dado originário de todo contrato de tradução (no sentido quase transcendental do qual nós falávamos mais acima), Benjamin repete o fundamento do direito. Fazendo isso, ele exhibe a possibilidade de um direito das obras e de um direito de autor, aquela mesma sobre a qual pretende se apoiar o direito positivo. Este desmorona a partir da menor contestação de uma fronteira rigorosa entre o original e a versão, até mesmo da identidade a si ou da integridade do original. (DERRIDA, 2002, p. 58)¹⁸

A retomada de trechos do direito positivo francês demonstra que o mesmo fundamento está presente nas discussões acerca da originalidade, da autoria e da autoridade em matéria de obras traduzidas (DERRIDA, 1985, p. 240-3; 2002, p. 58-64). O que Derrida questiona é justamente a inquestionabilidade desse fundamento que tanto Benjamin quanto as obras jurídicas tomam como um *a priori* de toda tradução: “não há tradução da tradução”. Afirmando que ele próprio teria lido uma tradução como original – ao se valer do texto de Maurice de Gandillac chamado justamente “La tâche du traducteur” –, Derrida entrevê a possibilidade de uma tradução desenvolver uma força de acontecimento a ponto de se produzir de alguma forma como obra original (DERRIDA, 1985, p. 243; 2002, p. 64).

“Des tours de Babel” encerra-se, tal como o prefácio de Walter Benjamin, com considerações acerca daquele que seria o modelo puro da tradutibilidade, a partir do qual se poderia medir a tradução essencial (ou seja, a tradução poética): e esse modelo estaria no texto sagrado. A tradução viria como resposta a uma demanda pressentida a partir do distanciamento [*Entfernung*] entre a língua pura e as demais línguas, conduzidas pela própria tradução a seu “santo crescimento” em direção ao



termo messiânico. Segundo Derrida, a tradução seria tal experiência, assim como tal experiência seria tradução (DERRIDA, 1985, p. 246; 2002, 68).

A eleição do texto sagrado como aquele que ofereceria ao extremo a medida ideal de toda tradução se dá na seguinte medida:

O texto sagrado designa sua tarefa ao tradutor, e ele é sagrado *enquanto* se anuncia como tradutível, simplesmente tradutível, *a-traduzir*; o que não quer sempre dizer imediatamente traduzível, no sentido comum que foi afastado desde o início. Talvez seja preciso distinguir aqui entre tradutível e traduzível. A tradutibilidade pura e simples é aquela do texto sagrado no qual o sentido e a literalidade não se discernem mais para formar o corpo de um acontecimento único, insubstituível, intransferível, “materialmente a verdade”. Apelo à tradução: a dívida, a tarefa, a atribuição nunca são mais imperiosas. Nunca há algo mais tradutível, mas em razão dessa indistinção do sentido e da literalidade (*Wörtlichkeit*), o tradutível puro pode anunciar-se, dar-se, apresentar-se, deixar-se traduzir *como intraduzível*. [...] Como a tarefa é impossível nas cercanias do texto sagrado que se vos designa, a culpabilidade infinita vos absolve imediatamente. (DERRIDA, 2002, p. 69)¹⁹

A aporia instituída por esse modelo de tradução concentra-se na expressão francesa “*pas de sens*”. Em sua literalidade, tal expressão significa simultaneamente “sem sentido” e – como num passe de mágica – também “passo de sentido”: ou seja, ela remete à tradutibilidade pura mencionada acima por Derrida. Trata-se da demanda de uma tradução que se revela impossível. Nesse sentido, Derrida (2002, p. 71) afirma o seguinte sobre o texto sagrado em seu “*pas de sens*”: “Ele é tradutível (*übersetzbar*) e intraduzível. Existe apenas letra, e é a verdade da linguagem pura, a verdade como linguagem pura.”²⁰

As aporias com que o texto de Derrida se encerra retornam a muitos dos tornos, contornos e transtornos vislumbrados nos entornos de Babel, dentre os quais: a noção de que o trabalho de construção da torre está fadado à incompletude, embora essa inevitabilidade seja a própria condição para a infinitude de sua atividade construtiva; a ideia de que entre a obra original e sua demanda por uma tradução interpõe-se um *double bind* sentido como necessidade e impossibilidade de se traduzir; a compreensão de que o contrato de tradução (a um só tempo dádiva e dívida) só pode ser compreendido no registro do *Gift-gift*; o entendimento de que a propriedade do nome próprio – retomada nas assinaturas que firmam o contrato de tradução, por exemplo – deve ser em alguma medida expropriada para que ele entre numa relação contratual.



A partir das dívidas que confessadamente assume diante dos textos de inúmeros autores, Derrida propõe um conjunto de ideias muito fecundas para a teoria da tradução contemporânea. Valendo-me aqui da violência ex-apropriadora necessária para propor algumas “teses” a partir de um texto,²¹ gostaria de sugerir que “Des tours de Babel” levanta os seguintes questionamentos, muitos deles expressamente a partir de Benjamin, mas fundamentalmente contra Benjamin: i) a tradução não deve ser entendida como transporte, passagem – tal como estaria sugerido nas imagens do barqueiro ou da ponte (de um passador ou de um passante) – mas como transformação (daí a imagem de uma torre que se constrói a partir de um ponto da terra em direção a Deus, como no caso de Babel) (DERRIDA, 1985, p. 228; 2002, p. 40); ii) a tradução transforma as línguas com que trabalha (DERRIDA, 1985, p. 245; 2002, p. 67-8); iii) a tradução transforma também o texto de que parte (DERRIDA, 1985, p. 226; 2002, p. 38); iv) a tradução não é secundária com relação ao texto que ela traduz (DERRIDA, 1985, p. 228; 2002, p. 40); v) o evento de uma tradução pode se produzir como obra original (DERRIDA, 1985, p. 243; 2002, p. 64); vi) a tradução é uma produção, uma criação, tanto quanto o próprio texto original (DERRIDA, 1985, p. 223; 2002, p. 33); vii) o tradutor assina seu texto como autor (DERRIDA, 1985, p. 248; 2002, p. 72); viii) uma tradução pode ser retraduzida (DERRIDA, 1985, p. 238; 2002, p. 56).

Essas teses parecem contrapor-se a muito do que é defendido ainda hoje por grande parte da tradição em teoria e prática da tradução, mas formam a minha própria tradução do texto – ou antes, dos textos – de Derrida. Essas ideias partem, talvez, de elementos marginais às teorias e práticas da tradução – considerados insignificantes pela maioria – e, aprofundando as fissuras abertas por tais elementos nos aparentemente mais robustos arcabouços teóricos, dão a ver o comprometimento entre o *status quo* e as diversas instâncias da autoridade, do poder e da violência.

* **Rafael Guimarães Tavares Silva** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais.

Notas

¹ Conforme uma nota introdutória de Silva (2006, p. 20, n. 4): “O ensaio *Des tours de Babel* foi publicado, primeiramente, em “*L’art des confins*”, *Mélanges offerts à Maurice de Gandillac*, PUF; e, 1985, a mesma versão do ensaio, precedida da tradução para o inglês, foi publicada em *Difference in translation*, edição de Joseph Graham, Cornell



University Press (edição bilíngue); e somente em 1987, ele teria sido publicado em *Psyché: inventions de l'autre, Galilée* (p. 203-235) com reedição em 1998.”

² “*Nom propre: la référence d'un signifiant pur à un existant singulier – et à ce titre intraduisible.*” (DERRIDA, 1985, p. 210)

³ Com relação a isso, Silva (2006, p. 83-84) comenta de forma pertinente o seguinte: “Procedendo a um desvio, necessário certamente, procuro estabelecer uma analogia forçada de uma certa homofonia entre o *a* da *différance* e o *e* da *différence* com o título do ensaio em questão, no qual *des tours* se confunde com *détour*, e somente percebemos a diferença na escrita, não a ouvimos: notação puramente gráfica, apesar de aparentemente vocal. A tradução desse *de(s)* se silencia, se oculta, se dissimula, produz o que Derrida denomina de economia da morte. A tradução deveria compensar aquilo que se confunde homofonicamente em *des tours*, isto é, o *détour*, o desvio.”

⁴ “*Cet exemple singulier, à la fois archétypique et allégorique, pourrait introduire à tous les problèmes dits théoriques de la traduction.*” (DERRIDA, 1985, p. 219)

⁵ DERRIDA, 1985, p. 215.

⁶ Ambos os textos foram traduzidos por Susana Kampff Lages e estão reunidos num volume organizado por Jeanne Marie Gagnebin (BENJAMIN, 2013).

⁷ DERRIDA, 1985, p. 223.

⁸ DERRIDA, 1985, p. 226.

⁹ O trecho sublinhado é uma alteração minha à tradução de Junia Barreto. Derrida (1985, p. 228) afirma: “Je voulais plutôt marquer que tout traducteur est en position de parler *de* la traduction, à une place qui n'est rien moins que seconde ou secondaire.” Junia Barreto traduz assim: “Eu gostaria preferencialmente de marcar que todo tradutor está em posição de falar *da* tradução, em um lugar que não é nada menos que segundo ou secundário.” (DERRIDA, 2002, p. 40) – A outra tradução brasileira, de Francisco de Fátima da Silva, propõe o seguinte: “Gostaria também de marcar que todo tradutor está em posição de falar *da* tradução, em um lugar que não é nada mais do que secundário.” (DERRIDA, 2006, p. 40)

¹⁰ DERRIDA, 1985, p. 228.

¹¹ Ao longo desse trecho, retomei um tanto quanto livremente a seguinte passagem de Derrida (1985, p. 232): “*Si le traducteur ne restitue ni ne copie un original, c'est que celui-ci survit et se transforme. La traduction sera en vérité un moment de sa propre croissance, il s'y complétera en s'agrandissant. Or il faut bien que la croissance, et c'est en cela que la logique "séminale" a dû s'imposer à Benjamin, ne donne pas lieu à n'importe quelle forme dans n'importe quelle direction. La croissance doit accomplir, remplir, compléter (Ergänzung est ici le mot le plus fréquent). Et si l'original appelle un complément, c'est qu'à l'origine il n'était pas là sans faute, plein, complet, total, identique à soi. Dès l'origine de l'original à traduire il y a chute et exil.*”

¹² DERRIDA, 1985, p. 232-233. Para compreender o que é retomado de Benjamin por Derrida, seria interessante indicar a própria etimologia da palavra “traduzir” em



alemão: *über-setzen*. *Über* é uma preposição que dá a ideia de “sobre”, “super”, “em cima”, enquanto *setzen* é um verbo remetendo à ação de “colocar”, “pôr” – ou seja, entendido literalmente, o verbo *übersetzen* poderia ser traduzido por “sobrepor”, “superpor”. Esse detalhe não é sem consequências para as considerações de Benjamin e o próprio Derrida (1990, p. 373) já chamara atenção para ela: “[...] *Übersetzung* (mot qu’on peut à peine traduire par «traduction» sans y perdre aussitôt toute la dimension positionnelle du *setzen*) [...]”

¹³ A metáfora da ânfora (chamada por Derrida de “*métaphore*” ou “*am-métaphore*”) não remete às noções de completude ou totalidade. Segundo Derrida (1985, p. 234): “*Comme la cruche qui donne son topos poétique à tant de méditations sur la chose et la langue, de Hölderlin à Rilke et à Heidegger, l’amphore est une avec elle-même tout en s’ouvrant au-dehors – et cette ouverture ouvre l’unité, elle la rend possible et lui interdit la totalité. Elle lui permet de recevoir et de donner.*”

¹⁴ Seria supérfluo mencionar todos os trechos em que essa relação aparece hierarquizada por Benjamin, mas, a título de exemplo, cf. BENJAMIN, 1923, p. XIII; 2013, p. 112.

¹⁵ DERRIDA, 1985, p. 243.

¹⁶ BENJAMIN, 1923, p. XII.

¹⁷ DERRIDA, 1985, p. 239.

¹⁸ DERRIDA, 1985, p. 239.

¹⁹ DERRIDA, 1985, p. 247.

²⁰ DERRIDA, 1985, p. 247.

²¹ Derrida já mencionara o perigo desse tipo de leitura, ao adotar expediente análogo em sua interpretação dos textos de Benjamin: “*En tout cas cela nous met en garde devant une précipitation: isoler des contenus et des thèses dans “La tâche du traducteur,” et le traduire autrement que comme la signature d’une sorte de nom propre destinée à assurer sa survie comme oeuvre.*” (DERRIDA, 1985, p. 224)

Referências

BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. Trad. Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2013 (2ª. Ed.).

BENJAMIN, Walter. Die Aufgabe des Übersetzers. In: BAUDELAIRE, Charles. *Tableaux Parisiens*. Deutsche Übertragung mit einem Vorwort über die Aufgabe des Übersetzers von Walter Benjamin. Heidelberg: Verlag von Richard Weissbach, 1923, p. VII-XVII.

DERRIDA, Jacques. *Des tours de Babel*. In: GRAHAM, Joseph (Ed.). *Difference in translation*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1985, p. 209-48.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.



SILVA, Francisco de Fátima da. *Às voltas com Babel: Derrida e a tradução (catacréstica)*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.